



## **POR UMA BIOPOTÊNCIA DOS CORPOS**

### **BY A BIOPOTENCY OF BODIES**

## **POR UNA BIOPOTENCIA DE LOS CUERPOS**

Clayton Cesar de Oliveira Borges,  
Centro Universitário São Roque (UNISR)

### **INTRODUÇÃO**

Na contramão de alguns currículos da Educação Física que, enredados por uma biopolítica, objetivam fundamentalmente regular e normalizar os sujeitos da educação, uma proposta curricular de Educação Física – situada na área das Linguagens – vêm, há quase duas décadas, sendo experienciada na educação básica, indicando como objetivo a constituição de experiências subjetivas não homogêneas e, por conseguinte, sinalizando outros modos de se pensar o corpo, o que possibilitaria, quiçá, tomá-la enquanto “biopotência”. Trata-se, pois, do currículo cultural da Educação Física (NEIRA; NUNES, 2009). Enfatize-se, desde logo, que biopotência não é propriamente uma noção, um conceito, mas antes um conjunto de práticas ou, em outros termos, um modo de se produzir e de produzir formas de existência intrinsecamente singulares.

A partir da hipótese e argumentos supracitados e, ademais, acolhendo a proposta nietzschiana de seguir o fio condutor do corpo em todo o assunto de pesquisa científica, o objetivo do estudo é dar a ver a operacionalidade de conceber o currículo da Educação Física em pauta como biopotência, na qual os corpos não ambicionam existir somente segundo um parâmetro pré-estabelecido. Para tanto, num primeiro momento, aborda-se a temática da biopolítica, tal como formulada por Michel Foucault e alguns de seus interlocutores, com o intuito de efetuar um breve traçado das reverberações que a tematização da biopolítica vem adquirindo na esfera educacional e, mais particularmente, na Educação Física. Por sua vez, o segundo momento, de caráter teórico-reflexivo, devota-se a explorar a noção de biopotência –



conceito formulado pelo pensador italiano Roberto Esposito na esteira da filosofia nietzschiana – e articulá-la a algumas investigações recentes acerca do currículo cultural da Educação Física.

## EDUCAÇÃO FÍSICA E BIOPOLÍTICA

No curso de 1976, intitulado Em defesa da sociedade, Foucault (2005) apresenta uma importante transformação do direito político do século XVIII, que desloca o direito de soberania, no qual, em última instância, era o soberano quem detinha o poder absoluto de ordenar a morte de seus súditos ou, eventualmente, deixá-los viver, para a irrupção de um poder novo e precisamente oposto na consolidação do Estado moderno: o “poder de ‘fazer’ viver e de ‘deixar’ morrer” (FOUCAULT, 2005, p. 287).

No governo político em torno da população, o poder estatal sistematiza uma série de políticas higienistas, com a finalidade de regulamentação de uma gestão calculada da vida. Desse ângulo, ocorre toda uma preocupação com o aumento das taxas de natalidade, da diminuição da morbidade, assim como acerca da medicalização da população.

Todavia, o que num primeiro olhar pode aparentar tão somente uma benesse advinda da biopolítica estatal, apresenta-se também como justificativa para deixar alguns morrerem em nome da preservação da vida de outros, um racismo de Estado – cujo exemplo histórico mais extremo e perverso mencionado por Foucault é o nazismo alemão.

Na acepção de Agamben (2002), contudo, as modulações do biopoder contemporâneo já não teriam mais tanto a incumbência de fazer viver e deixar morrer, conforme postulava Foucault, mas de forjar sobreviventes, isto é, a biopolítica produz um espaço de sobrevivência que, no mais das vezes, acaba circunscrevendo a vida humana ao seu mínimo biológico, uma “vida nua”.

Pois bem, feita essa sucinta explanação no que tange à biopolítica, qual seria, afinal, a conexão desse conceito com as questões educacionais e, particularmente, com as ações pedagógicas no âmbito da Educação Física? De súbito, cumpre ressaltar que não são poucas as investigações que associam uma série de políticas educacionais à biopolítica. Mediante uma compilação de artigos veiculados nos principais periódicos na área da educação no intervalo



de 2001 a 2016, Aquino (2017) encontrou nada menos que 51 artigos que, em linhas gerais, atestam um vínculo acentuado entre educação e biopolítica.

No caso específico da Educação Física, Soares (2006) indaga o que seriam as ginásticas e os esportes senão táticas minuciosas de governamentalidade biopolítica, que incidem tanto sobre o corpo individual quanto em relação ao corpo social? Diagnóstico semelhante, mas não de todo coincidente, é oferecido por Carvalho e Guido (2011). Os autores afirmam que a Educação Física esportiva – particularmente àquela em ação no período ditatorial no país – estaria diretamente associada às ações biopolíticas do governo.

A investigação de Vilaça (2011), por sua vez, aponta que Fernando de Azevedo, conhecido redator e signatário do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, subsidiado pelos saberes biomédicos da época, visava à regeneração do povo e da nação por meio da *gymnastica* escolar. Tratava-se, no fim das contas, de “um investimento biopolítico sobre a população brasileira, apostando no vínculo entre biologia, política e moral, em conformidade com a lógica da governamentalidade biopolítica” (VILAÇA, 2011, p. 159).

## EDUCAÇÃO FÍSICA E BIOPOTÊNCIA

Alegando que o corpo não aguenta mais as inúmeras intervenções dos dispositivos biopolíticos, Pelbart (2007) assinala que seria preciso reaquistar o corpo em sua condição de afetar e de ser afetado. Mas, como dar espaço hoje a um corpo que não seja àquela tido como atlético, perfeito, enfim, um corpo acentuadamente regulado e normalizado pela biopolítica? O autor recorre então à investigação do filósofo português José Gil sobre a dança contemporânea e, ainda, à própria companhia teatral que coordena – cujos atores são usuários de saúde mental –, como exemplos singulares de práticas que poderiam ser compreendidas na condição de potências da vida.

Não obstante as práticas descritas por Pelbart sejam oriundas de outras instâncias sociais, comumente tidas como mais transgressoras e artísticas se comparadas às experiências escolares, nota-se, em alguma medida, uma proximidade com os princípios ético-políticos e encaminhamentos didático-artísticos do currículo cultural da Educação Física cultural. Ressalte-se, ademais, que, em outro estudo, Pelbart (2013, p. 14) sinaliza que a “expansividade multidinária (afetiva, subjetiva, coletiva) afirma-se como biopotência em



diversas direções, a serem mapeadas”. Daí o interesse em mapear certos arranjos, em identificar possíveis elementos afirmativos numa perspectiva curricular da Educação Física que valoriza e afirma as diferenças.

Mas voltemos a questão da biopotência. Na esteira da filosofia nietzschiana, Esposito (2017), por sua vez, semelhantemente sinaliza a viabilidade de uma biopolítica afirmativa ou, caso se prefira, uma biopotência dos corpos. Pois bem, a partir dos conceitos de *comunidade* e *imunidade* extraídos da filosofia nietzschiana e, ainda, da formulação spinozista do direito, da filosofia da biologia de Canguilhem e da concepção deleuziana de imanência, Esposito sublinha que é viável transformar a normalização absoluta da vida – e que resulta, invariavelmente, numa tanatopolítica – numa biopolítica da vida ou, se se quiser, numa biopolítica afirmativa. Para tanto, em vez de uma norma exterior aos corpos, o filósofo propõe uma norma interior, imanente aos próprios corpos, na qual toda forma de existência tem igual legitimidade. Desse ângulo, “toda vida é forma de vida e toda forma se refere à vida” (ESPOSITO, 2017, p. 246).

É, pois, à luz dessas considerações de Pelbart e Esposito que se sustenta aqui a ideia de que a Educação Física – historicamente atravessada por determinado léxico biopolítico normativo que objetiva a produção de “corpos dóceis”, para usar aqui a expressão consagrada por Foucault em *Vigiar e punir* – numa concepção cultural, pode ser pensada e experienciada “para além da biopolítica”.<sup>1</sup>

Em sua tese de doutoramento, agenciado pelas filosofias da diferença e tentando efetuar pequenas sabotagens criativas nos dispositivos e engrenagens da maquinaria escolar e sua incessante produção de subjetividades capitalísticas, Bonetto (2021) cartografou nas suas aulas de Educação Física, ao longo de três anos, esquizo-experimentações que se consubstanciaram, entre outras questões, na afirmação de formas de existência singulares. Mais propriamente, ao reconhecer e afirmar as diferenças apostou, sobretudo, numa ética dos encontros, da multiplicidade não hierárquica, potencializando a criação de “formas de existência a partir de uma sensibilidade aos processos vividos, formas tão múltiplas e variadas

---

<sup>1</sup> *Para além da biopolítica* é o título do livro de Matos e Collado (2021), no qual os autores oferecem uma contribuição original aos debates sobre biopolítica, advogando por um pensamento biopotente para desativar os dispositivos biopolíticos, tanatopolíticos e necropolíticos contemporâneos.



quantos forem esses processos” (BONETTO, 2021, p. 322). Nesse sentido, afirma que as experiências pedagógicas levadas a cabo nesse ínterim, inspiradas na teorização curricular cultural de Educação Física, “ao se abrir[em] para a diferença em sua concepção mais ampla, acaba[ram] por borrar os processos de subjetivação, dirigindo-se para teleologias bastante flexíveis, abertas, e que, por isso, reconhecem a multiplicidade de formas de vida e de existência” (*idem*, p. 323).

Em sua dissertação de mestrado, inspirada nos estudos feministas, na teoria *Queer* e *queer* decolonial, Augusto (2022) empreendeu uma pesquisa-ação junto a uma turma de 5º ano do Ensino Fundamental numa escola municipal paulistana, que objetivou identificar as potencialidades do currículo cultural da Educação Física no tratamento das questões de gênero e sexualidade e, de modo semelhante à investigação de Bonetto –, entretanto, com ângulos de abordagem específicos –, empenhou-se em sabotar práticas normalizantes, notadamente, àquelas relacionadas ao cis-tema heteronormativo. Na acepção da autora, as ações pedagógicas do currículo cultural possibilitam a projeção e potencialização de outras formas de vida, de diversas investidas corporais ou, se se preferir, “levam esses corpos a citar formas outras de viver e criam espaços para que as múltiplas performances do corpo apareçam na cena pública” (p. 156).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das investigações acerca do currículo cultural da Educação Física aqui perscrutadas, nota-se a valorização e a afirmação de “corpos outros”, isto é, de corpos heterotópicos, que escapam dos supostos padrões de normalidade quanto ao peso corporal, à habilidade motora, à sexualidade, à idade, à estética, ao comportamento, à cognição etc. Cabe assinalar que, tal atitude ética, advém dos princípios ético-políticos da pedagogia cultural da Educação Física e materializa-se, pois, nas ações pedagógicas examinadas em que se problematiza, entre outros tópicos, a regularidade e a descontinuidade dos significados/discursos atribuídos a certos corpos – como os dos próprios estudantes e/ou dos representantes de dada prática corporal tematizada – enquanto construção social, sempre contingente, resultante de determinadas relações de força.



Baseada sobretudo num vocabulário biopsicológico, a Educação Física escolar possui longa tradição de disciplina alinhada a estratégias de normalização e regulação dos corpos. Entretanto, a análise aqui empreendida sinaliza que tal governo biopolítico dos corpos pode – num currículo da Educação Física que reconhece e valoriza os mais distintos corpos e, por corolário, todas as formas de existência – resultar, quiçá, numa biopolítica afirmativa, numa biopotência dos corpos.

Para finalizar, evoquemos as palavras de Benevides (2015) em seu perspicaz *Manifesto contrabiopolítico*, no qual conjectura que diante da questão: “o que pode um corpo?”, é possível que durante muito tempo não saibamos, ainda, responder a tal indagação. Mas é justamente aí, no fato de “não sabermos, ainda”, que habita a nossa forma de lutar contra todos aqueles que traçam limites ao corpo.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- AQUINO, J. G. Educação e biopolítica: um panorama da produção acadêmica brasileira no campo educacional (2001-2016). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 66, p. 95-112, out./dez. 2017.
- AUGUSTO, C. N. **Encontros no cu do mundo**: alianças entre os estudos feministas, queer (decolonial) e a Educação Física cultural. 2022. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- BENEVIDES, P. S. Manifesto contrabiopolítico. **Lampejo**, v. 1, n. 7, p. 195-200, 2015.
- BONETTO, P. X. R. **Esquizo-experimentações com o currículo cultural de Educação Física**. 2021. 336f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.



CARVALHO, W. L.; GUIDO, H. A. O. Fundamentos orientadores para as políticas públicas da educação física no regime militar (1964-1985). **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 25, n. 50, p. 583-606, jul./dez. 2011.

ESPOSITO, R. **Bios: biopolítica e filosofia**. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MATOS, A. S. M. C; COLLADO, F. G. **Para além da biopolítica**. São Paulo, Sobinfluencia Edições, 2021.

NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. **Educação Física, currículo e cultura**. São Paulo: Phorte, 2009.

PELBART, P. Biopolítica. **Sala Preta**, São Paulo, v. 7, p. 57-66. nov. 2007.

PELBART, Peter Pal. **O avesso do nihilismo: cartografias do esgotamento**. São Paulo, N-1 Edições, 2013.

SOARES, C. L. Pedagogias do corpo: higiene, ginásticas, esporte. In: RAGO, M.; VEIGA NETO, A. (Org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 75-85.

VILAÇA, M. M. Ginástica escolar como dispositivo biopolítico-pedagógico: uma análise da relação entre educação, saúde e moralidade em Fernando de Azevedo. **Sinais Sociais**, v. 5, p. 142-161, 2011.